

POLÍTICA PARA JOVENS



Rita de Cássia Biason
Murilo Borsio Bataglia
Gabriel Henrique Bina da Silva
(Organizadores)



INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

POLÍTICA PARA JOVENS



Rita de Cássia Biason
Murilo Borsio Bataglia
Gabriel Henrique Bina da Silva
(Organizadores)



INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Rita de Cássia Biason
Murilo Borsio Bataglia
Gabriel Henrique Bina da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas para jovens / Organizadores Rita de Cássia Biason, Murilo Borsio Bataglia, Gabriel Henrique Bina da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-658-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.581210511>

1. Política. 2. Jovens. 3. Sistema eleitoral. I. Biason, Rita de Cássia (Organizadora). II. Bataglia, Murilo Borsio (Organizador). III. Silva, Gabriel Henrique Bina da (Organizador). IV. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

FOMENTO



Agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão Universitária, Proex/ UNESP, pelo financiamento do projeto ao longo de 10 anos e ao Instituto não Aceito Corrupção (INAC) pelo apoio financeiro a esta publicação.

APRESENTAÇÃO

A polarização política é uma característica marcante do cenário político brasileiro atual. De acordo com o Instituto Ipsos, em pesquisa divulgada em 2019¹, o país superava a média global de divisão ideológica da população, com 32% dos entrevistados expressando que não acreditavam ser válido nem sequer tentar conversar com quem possua visões políticas que divergem das suas. Trata-se de um cenário alarmante, agravado por crises político-institucionais impulsionadas pela condenação de importantes figuras públicas por crimes de corrupção, por mudanças drásticas no controle dos poderes executivos a partir da suspensão de mandatos de representantes eleitos em vários níveis da federação, entre outros processos observados nos últimos anos. Tal polarização também se refletiu nos últimos pleitos eleitorais, com um aumento exponencial no número de incidentes violentos contra candidatos. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente no ano de 2020, 263 casos desse tipo foram registrados².

Nesse contexto de crescente animosidade na esfera pública, iniciativas educativas como o “Projeto Política para Jovens”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção, se tornam cada vez mais essenciais. Criado em 2010 por estudantes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP/Campus de Franca, São Paulo, e orientado pela Professora Doutora Rita de Cássia Biason, o objetivo do projeto foi, desde os seus primórdios, democratizar o debate sobre a política brasileira e promover a conscientização cidadã. Ao oferecerem aulas sobre política e cidadania à estudantes de ensino médio da rede pública na região, seus participantes não só preenchem uma lacuna na formação desses alunos, mas propiciam aos jovens a oportunidade de realizar uma reflexão que, muitas vezes, parece distante das suas realidades.

Tendo, como ponto de partida, uma abordagem apartidária, ao mesmo tempo em que preservava a defesa da democracia entre seus pilares, o projeto se expandiu gradativamente a mais escolas na região de Franca e passou a atuar na Fundação C.A.S.A. (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). Atualmente, estima-se que mais de 3000 jovens tenham participado de alguma das classes promovidas pelo projeto durante os seus quase dez anos de existência.

Com uma metodologia ativa, o grupo incentiva a participação dos estudantes em aula através de debates e dinâmicas que simulam processos políticos, como a criação de partidos e a realização de eleições. Por estar vinculado também a um grupo de estudos, os membros do projeto produzem e atualizam frequentemente um material didático, que é entregue aos

1. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/04/14/radicalismo-politico-no-brasil-supera-media-global.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.

2. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/levantamento-mostra-alta-na-violencia-contra-candidatos-em-2020>. Acesso em: 27 fev. 2021.

participantes das aulas em forma de apostila. Este livro, “Políticas para jovens”, originou-se daquele rico material apostilar, voltado para atender às necessidades das aulas de educação cidadã que possui como público-alvo os estudantes de ensino médio.

No primeiro capítulo, é apresentada a história da política brasileira, com especial atenção ao período de redemocratização iniciado em 1985, com o fim da ditadura militar. Em seguida, discorre-se no segundo capítulo sobre o poder executivo e o seu funcionamento nos níveis municipal, estadual e federal. A terceira seção do livro, por sua vez, trata das especificidades do poder legislativo, incluindo, por exemplo, a estrutura bicameral no âmbito federal, formada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O quarto capítulo do livro apresenta o poder judiciário, detalhando os diversos órgãos que compõem a sua estrutura no Brasil. Logo depois, os partidos políticos são o tema principal do quinto capítulo, que destaca o histórico do desenvolvimento dessas organizações no país e os obstáculos que muitas delas enfrentam na política nacional. Por fim, o último capítulo do livro discute o sistema eleitoral brasileiro, desde a sua evolução histórica até as características que diferem os sistemas eleitorais majoritários e proporcionais.

É importante ressaltar que os textos que fazem parte deste livro não só contêm as reflexões pertinentes de seus autores, mas também representam todo o conteúdo acumulado durante os anos de existência do “Projeto Política para Jovens”. Trata-se de um material que é resultado da colaboração deixada por muitos dos membros que dele participaram e que também foi construído a partir da troca com os estudantes que acompanharam as suas aulas.

Pessoalmente, participei do projeto durante os meus quatro anos de graduação, entre 2012 e 2015, e pude vivenciar em primeira mão o caráter colaborativo que ele possui, bem como o seu potencial transformador. Através das aulas de cidadania, ao despertar o interesse dos jovens pela política, o projeto, por muitas vezes, permite que os próprios estudantes levantem discussões inovadoras e promovam os conhecimentos adquiridos com colegas e familiares em suas comunidades.

Por fim, cabe destacar que a juventude possui um grande potencial para a política, que, muitas vezes, só precisa ser incentivado. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Datafolha em agosto de 2018, 29% dos jovens de 16 a 25 anos declararam possuir algum interesse em disputar eleições ou em assumir cargos governamentais, um percentual que decresce gradativamente conforme a faixa etária aumenta³. Ainda que seja verdade que houve uma queda no número de votantes entre 16 e 18 anos nas eleições de 2020⁴, os dados ainda indicam que, caso incentivada, a participação política de jovens pode se tornar mais expressiva.

3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/jovens-tem-mais-interesse-em-atuar-na-politica-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2021.

4. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/11/11/participacao-de-jovens-nas-eleicoes-deste-ano-se-ra-menor>. Acesso em: 1 mar. 2021.

Em um contexto de crescente polarização, como o vivenciado pelo país atualmente, iniciativas como o “Projeto Política para Jovens” possuem um papel de extrema relevância, pois seguem na direção oposta dessa tendência, ao incentivarem o diálogo aberto sobre a política e promoverem o interesse dos jovens pela temática. Em médio e longo prazo, essas iniciativas podem ser catalisadoras de mudanças em contextos locais e fortalecerem a democracia, ao desmistificarem a noção de que os aspectos políticos estão distantes da realidade da população, usando, enquanto principal estratégia, a difusão do conhecimento.

Sendo assim, espero que os leitores, a partir do contato com todo o conhecimento ofertado pelo grupo e sistematizado neste livro, consigam também passar por esse processo transformador, que muitas vezes é observado entre os participantes das aulas do “Projeto Política Para Jovens”. Dessa maneira, terão também o potencial de se tornarem catalisadores de mudanças significativas, ainda que pequenas, em seus cotidianos.

Paulo Henrique Ribeiro Neto

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

HISTÓRIA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Eloá Iara Miras Massaro

Murilo Borsio Bataglia

Rita de Cássia Biason


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.581210511>

CAPÍTULO 2..... 24

PODER EXECUTIVO

Isabella Greco

Victória Cosme Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5812105112>


CAPÍTULO 3..... 39

O PODER LEGISLATIVO

Lara Papesso

Letícia Rodrigues Bernardino

Rafael Varollo Perlati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5812105113>


CAPÍTULO 4..... 68

PODER JUDICIÁRIO

Giovana Galvão Boesso

Iara Gonçalves

Lucas Wellington dos Santos Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5812105114>


CAPÍTULO 5..... 85

PARTIDOS POLÍTICOS

Bruna Carbone

João Marcelo Weibel Bovo

Pedro Cabrini Marangoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5812105115>


CAPÍTULO 6..... 99

SISTEMA ELEITORAL

Gabriel Henrique Bina da Silva

João Pedro Cezário Ribeiro

Mariana Delgado Britez Rigacci

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5812105116>

REFERÊNCIAS	118
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS.....	133
SOBRE OS ORGANIZADORES	135

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Data de aceite: 12/07/2021

Eloá Iara Miras Massaro

Murilo Borsio Bataglia

Rita de Cássia Biazon

INTRODUÇÃO

Para entendermos um pouco do sistema político em que nós nos inserimos hoje, é importante fazermos uma breve análise histórica da política do Brasil. Assim, na história da política brasileira, nem sempre tudo foi tempos de “calmaria”. Podemos citar a existência de um grande acervo de mudanças, marcado por períodos de grande instabilidade. O Brasil também viveu golpes de Estado, períodos de regimes autoritários e de desrespeito aos direitos civis e aos direitos humanos como um todo.

Após anos de colonização portuguesa, e de um regime monárquico (D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II), a República se instaurou no Brasil, em meados de 1889, resultante da luta das elites brasileiras. Nesse período, tivemos como marco o que era conhecido por “política do café com leite”, na qual as elites paulistas e mineiras se alternavam no poder, ou seja, em certo momento o presidente era de São Paulo, e no outro era de Minas Gerais (Estados com

grande poder por conta da produção do café). Mas novas mudanças e insatisfações surgiram com o decorrer do tempo, fruto da constante instabilidade política brasileira, na chamada Revolução de 1930. A partir dela, Getúlio Vargas assumiu o poder inaugurando a “Era Vargas” (1930 a 1945).

Não muito diferente dos períodos anteriores, a Era Vargas foi uma época de grandes conturbações, marcada pelo populismo e pelo autoritarismo (Vargas, após seu período de governo, deu um golpe e instaurou a ditadura de Vargas, que ocorreu entre 1937 e 1945, em um período intitulado “Estado Novo”). Ao longo de todo o seu governo, as tentativas de melhoria econômica tinham como finalidade modernizar o Estado brasileiro, o que garantiu, dessa forma, direitos reivindicados pelos brasileiros há muito tempo, como os direitos trabalhistas e a implementação do voto feminino e secreto.

Após a Era Vargas, houve um retorno para a Democracia, entre 1945 e 1964, com presidentes como: Dutra (1946 a 1951), Vargas (que retornou ao poder democraticamente e governou entre 1951 e 1954), Café Filho (1954 e 1955), Juscelino Kubitschek (JK) (1956 a 1960), Jânio Quadros (1961), e João Goulart (1961-1964). (FGV, 2021).

O período seguinte foi o regime militar, que se perpetuou no Brasil por 21 anos, e que teve como marco a supressão de liberdades

civis e uma intensa repressão sobre os opositores. Após o regime militar, também conhecido como ditadura militar, a população brasileira clamava pelo fim desse regime, da censura, das restrições à liberdade política. No entanto, como veremos adiante, há episódios de instabilidade na política brasileira que acontecem até os dias de hoje. A figura a seguir ilustra em linhas gerais principais pontos desse percurso:



1. Períodos da história política brasileira. Elaborada pelos autores. Fonte: FGV/CPDOC

REDEMOCRATIZAÇÃO

Após um longo período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), o país clamava por uma democracia. No entanto, a ascensão para um governo do povo foi lenta e gradual.

A ditadura militar foi um período com inúmeras disputas entre os próprios apoiadores do regime. Em 1965, foi aprovado o Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), medida que instaurou o bipartidarismo no país. Em outras palavras, apenas dois partidos tinham legitimidade para concorrer às eleições: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O bipartidarismo restringiu ainda mais a possibilidade de participação política no país.

Ainda durante a ditadura, foi no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) que a transição para um período democrático começou a aparecer. Nas eleições para o Congresso, em 1974, o governo militar notou que o regime estava perdendo legitimidade, além disso, nessa época, havia intensa articulação dos movimentos sociais, que clamavam por um país democrático. (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Percebendo a situação de grande instabilidade e crise que o país se encontrava, o governo começou a ceder a certas reivindicações. Em 1979, no governo do último presidente da ditadura, João Figueiredo (1979-1985), o Congresso aprovou a Lei de Reformulação Partidária (Lei n. 6.767), pela qual extinguiu-se o bipartidarismo. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2021).

Adiante, em 1984 foi proposta a Emenda “Dante de Oliveira”, que tinha como base restaurar as eleições diretas para a Presidência da República. Dessa proposta começou a campanha “Diretas Já”. Assim, por todo país existiram articulações para a aprovação da emenda, surgindo um forte nome para as próximas eleições presidenciais: Tancredo Neves. Todavia, a emenda foi derrotada e, com isso, os partidos tiveram que se articular novamente para as eleições indiretas, e o PMDB firmou sua candidatura com Tancredo

Neves, que será estudado a seguir. (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).



2. “Diretas Já”: o povo volta às Ruas Fonte: Alfonso Abraham.

A partir de agora, este capítulo vai tratar dos principais pontos, notícias e características dos governos da Presidência da República. Esse panorama, portanto, foca no período da “Nova República”, ou seja, do período logo após a ditadura militar, até dias atuais. Por isso, começa com Tancredo Neves e finaliza com a eleição de Jair Bolsonaro.

Eleição Tancredo Neves 1985	Governo José Sarney 1985 – 1990	Governo Collor 1990 – 1992	Governo Itamar Franco 1992 – 1995	Governo FHC 1995 – 1998 1998 – 2002	Governo Lula 2003 – 2006 2007 – 2010	Governo Dilma 2011 – 2014 2015 – 2016	Governo Temer 2017 – 2018	Governo Bolsonaro 2019 – 2022
--------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	---	---	--	---	---------------------------------	-------------------------------------

3. Presidentes do Brasil na Nova República: 1985 até 2021. Elaborada pelos autores. Fonte: Website ATLAS/FGV; Website do TSE.

TANCREDO NEVES

Eleito Presidente em 1985

Tancredo Neves era conhecido por ações políticas antes mesmo do período da redemocratização. Em 1935 foi eleito vereador em São João Del Rei (MG); em 1947, elegeu-se deputado estadual; e em 1951, foi eleito como deputado federal por Minas Gerais, deixando o cargo em 1953 para assumir o Ministério da Justiça no governo de Getúlio Vargas.

Tancredo elegeu-se em 1963 novamente como Deputado Federal, desta vez, em razão da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, filiou-se ao MDB onde exerceria uma forte liderança. Novamente sua figura aparece em 1978, quando é eleito Senador do MDB por Minas Gerais.

Com a volta do pluripartidarismo, Tancredo formou o Partido Popular (PP). Visando a eleger-se como Governador de Minas Gerais, ele propôs a fusão do PP com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fusão oficializada, que o levou a ser eleito governador, deixando o Senado em 1983.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, na campanha “Diretas Já”, a figura de Tancredo se mostrou muito presente como um forte candidato para ser o próximo Presidente da República, após a sucessão do Presidente militar Figueiredo. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

A candidatura de Tancredo não era uma tarefa simples, pois este, para vencer, precisava do apoio dos demais partidos de oposição ao regime militar. Depois de inúmeras negociações, dissidentes do partido do governo formaram uma aliança Democrática com a oposição, dando início à chapa de Tancredo Neves, e vice José Sarney. Analisado por suas opiniões, era considerado um “moderado”, pois suas ideias agradavam posições políticas diferentes. Tancredo deixava evidente que não dotava de opiniões extremistas ou comportamento agressivo.

O candidato, ao longo de sua campanha, tratava fortemente da questão institucional, pontuando a importância da passagem do autoritarismo para a democracia. Assim, no dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral (últimas eleições indiretas) elegeu Tancredo Neves como novo Presidente do Brasil, inaugurando o período da Nova República.

Na véspera da posse, no entanto, aconteceu o inesperado: Tancredo foi hospitalizado, com uma grave doença intestinal, e seu vice José Sarney assumiu provisoriamente. Tancredo morreu em 21 de abril de 1985, e quem assumiu efetivamente o cargo de Presidente da República foi seu vice, Sarney. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001; FGC/CPDOC, 2021).



4. Nova República: Tancredo Neves e José Sarney. Fonte: CPDOC/FGV.

JOSÉ SARNEY

Governo 1985-1990

A figura de José Sarney, maranhense e advogado, aparece na política em 1954, como suplente de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). No regime militar, com a instalação do bipartidarismo, Sarney filia-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista (militar).

Foi governador do Maranhão de 1966 até 1971 e, posteriormente, cumpriu dois mandatos como senador (1971-1985). Após o fim do bipartidarismo em 1979, Sarney participou da fundação do PDS (Partido Democrático Social). Ele deixou o partido em 1984, por ser contrário à escolha de Paulo Maluf para disputar as eleições indiretas para presidente. Com isso, filiou-se ao PMDB, surgindo, dessa maneira, a indicação para vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Em virtude do falecimento de Tancredo, Sarney assumiu efetivamente o cargo de Presidente da República, em 15 de abril de 1985, com a promessa de dar prosseguimento ao que Tancredo propunha. Coube a ele, portanto, dar continuidade ao processo de redemocratização do país, pós ditadura militar, adotando ações como: restabelecimento das eleições diretas para presidente e para prefeitos; possibilidade de votos para analfabetos; Distrito Federal com representação política; liberdade de criação de partidos e coligações partidárias (FGV/CPDOC, 2021).

Outra medida de grande importância adotada no governo de Sarney foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O Brasil vivia sob a Constituição do regime militar e, como agora estava se redemocratizando, foi necessário também mudar a Constituição. Logo, em 28 de junho de 1985, o Presidente enviou uma carta para o Congresso convocando essa Assembleia. Em 1º de fevereiro de 1987, a Assembleia foi instalada tendo como presidente o deputado Ulysses Guimarães. Após uma série de estudos, debates parlamentares contando também com a participação da sociedade e alguns temas, no dia 15 de outubro de 1988 a Constituição foi promulgada. A Constituição de 1988 ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, pois englobava um perfil democrático assegurando direitos individuais e coletivos. Suas principais características são a separação dos três poderes, fim da censura dos meios de comunicação, liberdade de organização política e sindical, dentre outras. (FGV/CPDOC, 2021)

O presidente também promoveu algumas mudanças econômicas, como a que foi feita em 28 de fevereiro de 1986. O país enfrentava alta na inflação, que ameaçava alcançar entre 400% e 500% ao ano, e, para contê-la, Sarney lançou o Plano Cruzado. O plano consistia no congelamento nos preços de produtos e salários por um ano, e trazia consigo a criação de uma nova moeda, o cruzado, em substituição do desgastado cruzeiro. (FGV/CPDOC, 2021)

O plano teve êxito nas primeiras semanas e deu esperança aos brasileiros, tornando Sarney um presidente popular. No entanto, os preços congelados não estimulavam os empresários a produzir, causando uma crise no abastecimento. Logo, o plano parou de funcionar e a inflação voltou a subir, causando grande descontentamento da população.

FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO

Governo 1990-1992

Collor, carioca, nascido de família de Alagoas (AL), teve uma carreira política “meteoro”, ou seja, assumiu compromissos e cargos importantes um em seguida do outro, e bem jovem. Seu primeiro cargo foi como prefeito de Maceió (AL) em 1979. Posteriormente, em 1982 foi eleito deputado federal, sendo o mais votado de Alagoas. Em 1986, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) elegendo-se governador de Alagoas¹. (FGV/CPDOC, 2021)

Em seguida, Fernando Collor chegou ao segundo turno na primeira eleição direta para Presidente do Brasil após o período da ditadura, realizada em 1989, a qual venceu com 42,75% dos votos, derrotando o candidato do PT, Lula. A chapa vencedora era Collor Presidente e Itamar Franco Vice-Presidente.



5. Posse do Presidente Fernando Collor de Mello, em 15/03/1990. Fonte: Arquivo Senado - Flickr.

1. Estado em que sua família residia, como mencionamos, detinha grande poder no setor de comunicações: o grupo Arnon de Mello possuía rede de rádio e televisão nesse estado.

Logo após sua posse como presidente, Collor propôs uma medida que tinha por objetivo estabilizar a economia², medida, esta, denominada “Plano Collor”. Tal plano tinha como finalidade controlar a inflação, para a qual estabeleceu a reintrodução do cruzeiro como moeda nacional; promoveu a privatização de empresas estatais; concedeu abertura econômica para o exterior, reduzindo os custos de importação; entre outras medidas (FGV/ATLAS, 2021)³.

Uma das medidas mais polêmicas incluídas no Plano Collor era o bloqueio dos saldos em conta corrente e poupança que excederem o valor de 50 mil cruzeiros, o equivalente a cerca de 8 mil reais hoje em dia (UOL, 2020). No começo, houve uma redução da inflação, mas os mecanismos que procuravam evitar o endividamento externo e interno do governo começaram a mostrar sua insuficiência.

Em 1991, devido ao fracasso do Plano Collor I, foi lançado o Plano Collor II, uma nova tentativa de ajuste na economia, e novas medidas foram tomadas, como o congelamento de salários e preços. Mais tarde, Collor se veria envolvido em denúncias de corrupção, várias reportagens retrataram sua vida que era incompatível com sua renda, gastos, denúncias de operações financeiras duvidosas, gerando forte indignação na população.

Em 1992, o irmão de Collor, Pedro Collor, denunciou operações ilegais do ex-tesoureiro do presidente, Paulo César Farias (conhecido como PC Farias). Dentre as denúncias, havia a compra de casas na França com dinheiro de corrupção, reformas na residência oficial do Presidente Collor – chamada de “casa da Dinda”, em Brasília-DF, e a compra de um carro famoso na época – o Fiat Elba, tudo com dinheiro ilícito, em um esquema de corrupção em que PC Farias era acusado como o articulador e operador, atuando em nome de Collor também. Tal fato levou a Polícia Federal a instaurar um inquérito contra o presidente; e o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar essas denúncias. Inúmeras entidades representativas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, manifestaram-se contra as práticas de Collor, formando um movimento contra a impunidade e pela Ética na Política (FGV/ATLAS, 2021)⁴.

Iniciou-se um amplo movimento nas ruas exigindo o *Impeachment* de Collor, os estudantes foram às ruas com os rostos pintados da cor da bandeira nacional, movimento chamado de “caras-pintadas”. O Congresso Nacional, por sua vez, iniciou o processo de *impeachment* e antes de esse processo terminar, em 1992, Collor renunciou ao cargo de Presidente. Mas a votação prosseguiu do mesmo jeito, dando vitória ao afastamento de Collor, tornando-se o primeiro presidente da Nova República a sofrer um afastamento.

2. Isso aconteceu pois havia uma grande inflação, ou seja, aumento considerável de preços de produtos.

3. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. ATLAS/CPDOC. *Governo Collor*. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-collor-1990-1992/mapas/1992-maiores-manifestacoes-do-fora-collor>. Acesso em: 12 jan. 2021.

4. Idem.



6. Manifestação dos caras-pintadas em frente ao Congresso Nacional. Fonte: Sérgio Lima/ Agência Brasil in Wikipedia.

ITAMAR FRANCO

Governo 1992-1995

Após o processo de *impeachment* e renúncia de Fernando Collor de Mello envolvido em casos de corrupção, o então vice-presidente Itamar Franco assumiu interinamente a presidência no final de 1992, mas iniciou seu governo efetivamente em janeiro de 1993.

Itamar Franco, nascido em navio entre Salvador-Rio de Janeiro (e registrado em Salvador-BA)⁵ era formado em Engenharia Civil e cresceu em Juiz de Fora (MG) onde teve uma vida política significativa: foi prefeito da cidade duas vezes (1967-1971 e 1973-1974) e senador duas vezes também (1974 e 1982). Ao concorrer ao cargo de vice-presidente, era filiado ao PRN, mesmo partido de Collor, mas diante dos escândalos ele fez questão de se desvincular das práticas ilícitas envolvendo o então presidente. Após o *impeachment*, ao assumir a presidência, Itamar Franco possuía uma grande responsabilidade de solucionar a questão do aumento da inflação, uma vez que o Plano Collor teve efeitos apenas temporariamente. Além do mais, enfatizou que teria um governo transparente, não abrigando corruptos. (FGV/CPDOC, 2021).

Em seu governo, como havia sido previsto pela Constituição de 1988, em 21 de abril de 1993 houve um plebiscito, isto é, uma consulta popular para que o Legislativo

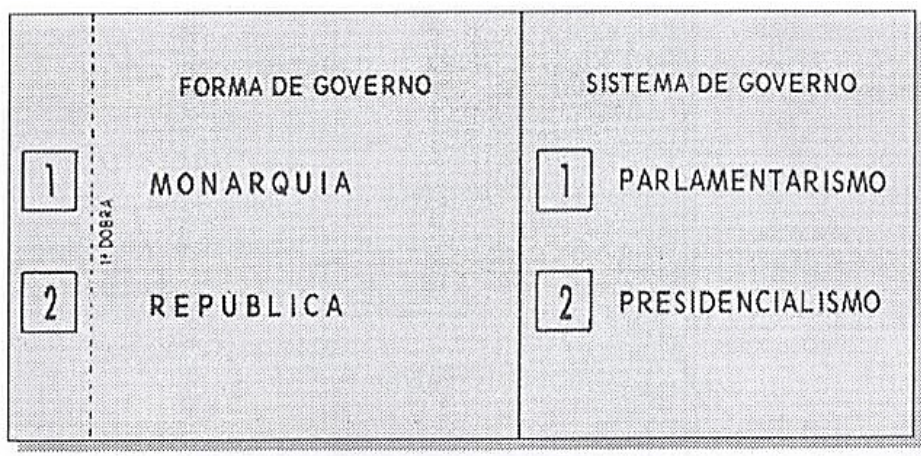
5. Há registros na literatura (FGV/CPDOC) segundo os quais Itamar teria nascido em Juiz de Fora (MG). Fato é que em Minas Gerais começou sua vida política.

(Congresso Nacional) elaborasse uma lei de acordo com a vontade da maioria da população. O plebiscito envolvia a escolha, pela população, de uma forma de governo: entre República ou Monarquia; e de um sistema de governo: entre Presidencialismo e Parlamentarismo. O plebiscito foi realizado e o resultado foi o seguinte: a forma de governo República triunfou com aproximadamente 44,2 milhões de votos contra 6,8 milhões para a Monarquia. Quanto ao sistema de governo, o Presidencialismo, por sua vez, venceu com aproximadamente 55,37% dos votos e o Parlamentarismo perdeu com aproximadamente 24,62% dos votos. Ao todo, houve um eleitorado que contava com 67 milhões de brasileiros (O GLOBO, 2016). A escolha da maioria da população estabeleceu a forma e o sistema de governo vigentes atualmente. Desse modo, não houve alteração da forma e sistema de governo que estava preestabelecido antes, o Brasil deu continuidade à República Presidencialista.

Para entender um pouco mais sobre Monarquia e República, vale dizer que o Brasil havia tido a experiência de uma monarquia durante o “Brasil Império” tendo como chefes de estado D. Pedro I durante o primeiro reinado a partir da independência do Brasil (1822-1831) e D. Pedro II durante o segundo reinado de 1840 até 1889, ano em que se instaurou a primeira República.

No passado principalmente, existiam as monarquias absolutistas e constitucionais. As monarquias absolutistas tinham como característica principal o poder absoluto e ilimitado do rei ou da rainha. Ainda há países que possuem essa forma de governo, porém são exceções. O que se vê atualmente são monarquias constitucionais, que ainda possuem a figura do rei ou da rainha, como chefe de Estado, uma figura simbólica da história do país, possuindo cargo hereditário e vitalício, devendo seguir as leis. Nesse caso, o cargo de chefe de governo (quem de fato governa o país internamente) é ocupado pelo primeiro-ministro nomeado pelo parlamento e inclusive possui poderes limitados por este. Ou seja, há a monarquia (forma de governo), em que rei ou rainha representa o país no plano internacional, e o parlamentarismo (sistema de governo) em que o Parlamento escolhe o chefe de governo, 1º ministro, para montar equipe para governar o país.

Por sua vez a República é a forma de governo caracterizada pela escolha, direta ou indireta, de um representante, geralmente chamado de presidente. Através do voto popular, este presidente assume seu cargo com um plano de governo e possui um mandato definido. Na república presidencialista, o presidente atua como chefe de estado e chefe de governo, isto é, além de ser o representante do país no plano internacional, ele também exerce funções para governar internamente (elaborar e executar políticas para a população).



7. Cédula eleitoral usada no plebiscito de 1993 para escolha da forma e sistema de governo.
 Fonte: <https://www.tse.jus.br/>

Voltando para o debate dos principais aspectos do governo Itamar, outro ponto essencial para compreender seu governo foi a implantação do Plano Real⁶. Embora Itamar não fosse conhecido por sua habilidade de governar e não entendesse muito de economia, precisou tomar uma medida frente à crise. O Brasil permanecia o único país latino-americano que não havia conseguido controlar a inflação e era conhecido como o campeão mundial em assinar acordos não-cumpridos com o FMI – Fundo Monetário Internacional⁷ (SKIDMORE, 1998, p. 310).

A escolha de Fernando Henrique Cardoso como um dos ministros de Itamar mudou o rumo da história do Brasil, provocando impactos até os dias de hoje. Inicialmente, Itamar nomeou Fernando Henrique como ministro das Relações Exteriores por ter vivência no Poder Legislativo e conhecimento de diversos idiomas, além de ser reconhecido internacionalmente. Depois disso, Itamar nomeou FHC como ministro da Fazenda. Nesse cargo, Fernando Henrique reuniu uma equipe de economistas que haviam contribuído para outros planos no combate à inflação (FGV/CPDOC, 2021). Entre os membros da equipe, destacam-se André Lara Resende⁸, Edimar Bacha⁹, Gustavo Franco¹⁰ e Pérsio

6. Trata-se de plano econômico cujo objetivo era conter a inflação (alta exagerada nos preços), retomar o crescimento econômico, reduzir especulação financeira, e garantir estabilidade na economia. Para isso, houve cortes nos gastos públicos, instauração de nova moeda: o Real (antecedida pela unidade real de valor - URV que foi moeda de transição). Fernando Henrique Cardoso esteve à frente na implementação desse Plano Real enquanto Ministro da Fazenda. (FGV/CPDOC, 2021)

7. Organização Internacional voltada para a área econômica: realiza empréstimo aos países para que recuperem sua economia, mediante adoção de medidas que garantem o posterior pagamento do dinheiro emprestado.

8. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV/CPDOC. André Lara Resende. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-andre-lara>. Acesso em: 12 jan. 2021.

9. SUNORESEARCH. Perfis: Edmar Bacha. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/edmar-bacha/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

10. Economista. Foi presidente do Banco Central (Bacen). Integrou a equipe que elaborou o Plano Real. Hoje é presi-

Arida¹¹. Eles projetaram um programa de estabilização da economia (SKIDMORE, 1998, p. 310).

Diversos autores pontuam que não faltava diagnóstico sobre o problema econômico do Brasil, a questão era a falta de liderança política para a sua resolução. Itamar Franco encontrou em Fernando Henrique o que faltava para o Brasil sair da crise inflacionária que persistia desde o final da ditadura militar.

Dessa vez, não foram utilizadas medidas que caracterizaram os governos anteriores para combater a crise inflacionária, como congelamento de preços e salários. A equipe econômica e o Brasil sabiam que aplicar medidas de choque não seria a solução. Então Fernando Henrique e sua equipe pensaram em um balanço de gastos para 1994 com o objetivo de obter um orçamento moderado aprovado pelo Congresso para o ano seguinte.

A estratégia da equipe envolveria um período inicial de quatro meses e consistiria na criação de uma nova unidade de valor, a URV (Unidade Real de Valor) que buscava converter gradativamente o valor do cruzeiro para uma nova moeda. Nesse período, circulavam no país duas unidades de valor permitindo à população o uso do cruzeiro como forma de pagamento. Esse plano de ação fez com que a transição não causasse impactos relevantes no dia-a-dia da sociedade e impedindo a formação de mais uma pressão inflacionária, como havia acontecido nas últimas transições.

No dia 1º de julho de 1994 foi implantada uma nova moeda, o real. Pela primeira vez no Brasil foram geradas moedas metálicas que transmitiam à população a credibilidade e o compromisso do governo em solucionar a crise por meio do Plano.

As duas medidas foram implantadas com sucesso e deram uma grande visibilidade ao governo, principalmente para Fernando Henrique Cardoso, por enfrentar uma questão complexa no Brasil. Assim a nova moeda, o Real, apesar de ser vista inicialmente com receio, foi bem recebida pela população. O sucesso foi tanto logístico (fornecer a nova moeda a milhares de bancos distribuídos por todo país) como psicológico (conseguir que o público aceitasse mais uma nova forma de moeda para suas transações) (SKIDMORE, 1998, p. 312).

Além disso, a inserção da nova moeda deu-se num contexto muito favorável para a aceitação do projeto econômico de Fernando Henrique Cardoso: no dia 4 de julho de 1994 o Brasil derrotava a seleção do Estados Unidos e estava prestes a levantar a sua quarta taça da Copa Mundial de Futebol.

A inflação começou a cair imediatamente, indo de 929% em 1994 para 22% em 1995 (SKIDMORE, 1998, p. 312). Houve também uma valorização da indústria nacional com o

dente da Fundação Novo, ligada ao Partido Novo, elaborando propostas para programas de governo. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/gustavo-franco/> Acesso em: 06 jan. 2021.

11. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV/CPDOC. Persio Arida. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arida-persio>. Acesso em: 12 jan. 2021.

aumento de sua produção e conseqüentemente o aumento do PIB.

O sucesso do Plano Real serviu de impulso para fortalecer Fernando Henrique Cardoso contra as acusações de sua oposição. Seus adversários políticos perderam força de convencimento quando declararam, no início de 1994, sua descrença no êxito da estratégia do Plano da equipe de FHC. Além disso, o custo estável de produtos básicos (especialmente alimentos), combinado aos aumentos salariais, havia rebatido boa parte da insatisfação do trabalhador que poderia ser aproveitada pelos adversários do governo (SKIDMORE, 1998, p. 314).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)

Eleições presidenciais de 1994 (Lula x FHC)

Antes de aprofundar principais pontos do governo FHC, é interessante destacar a disputa eleitoral que o antecedeu. Tendo em vista a derrota do PT contra Collor na eleição anterior, o partido estava ansioso para as próximas eleições que ocorreriam em outubro de 1994. Afinal, Lula, desde o início de 1994 e até a metade desse mesmo ano, liderava as pesquisas de voto para presidente e parecia não haver nenhum adversário visível e forte que pudesse concorrer à presidência de forma acirrada.

Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso poderia ser um adversário de Lula. FHC pertencia ao PSDB e o partido com que ele conseguiu fazer coalizão foi o PFL (hoje DEM). No entanto, o Plano Real, implementado na gestão de FHC quando foi Ministro da Fazenda, e os sinais favoráveis que esse plano gerou, promoveram também votos para o então candidato à Presidência. Pela imagem de paternidade do Plano Real, FHC passou a liderar as pesquisas de votos para as eleições presidenciais.

Visto que a população ainda não havia podido experimentar efetivamente a estabilidade da nova moeda, tratava-se de um resultado que refletia antes a vontade e a expectativa de que o plano vingasse do que uma aprovação dos seus efeitos reais - embora já oferecesse um indicio do impacto que teria sobre o processo eleitoral. (MENDES; VENTURI, 1994, p. 62)

Dessa forma, Lula estava em declínio nas pesquisas eleitorais, enquanto Fernando Henrique Cardoso apenas ascendia. O resultado nas urnas não foi diferente. Quanto mais efetivo o Plano se tornava, mais a inflação caía e Fernando Henrique aumentava cada vez mais seu eleitorado. Após quatro meses, apuradas as urnas em 3 de outubro, foi Fernando Henrique quem liquidou a fatura com 34,4 milhões de votos (54,28%), 5,5 milhões a mais do que a soma obtida por seus sete adversários, e o dobro dos votos de Lula (17 milhões de votos, o equivalente a 27% do total de votos válidos) (MENDES; VENTURI, 1994, p. 60). Assim, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente com uma maioria absoluta (54% dos votos válidos) no primeiro turno (SKIDMORE, 1998, p. 316).



8. Fernando Henrique Cardoso com cédulas de um real durante o anúncio do Plano Real.
Fonte: Eraldo Peres/CB/D.A. Press).¹²

Governo 1994-2002

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, é bacharel em Ciências Sociais pela USP e doutor em Sociologia. Foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5, exilou-se no Chile, depois na França, durante o regime militar. Retornou ao Brasil em 1968 e organizou junto com outros pesquisadores cassados o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que se tornaria um núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Foi Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, e responsável pelo notável Plano Real. Inclusive, a consolidação do Real ocorreu em seu próprio governo. (FUNDAÇÃO FHC, 2021).

O objetivo de seu governo era a estabilização da economia. Seu governo caracterizou-se por uma política neoliberal, iniciada no governo Collor a partir do Consenso de Washington¹³, que consiste no Estado mínimo, isto é, pouca intervenção do Estado na economia. Essa política deu início também à privatização de empresas estatais como a de telecomunicação. Como, por exemplo, a EMBRATEL, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce, essa última responsável pela exploração de minérios de ferro existentes no Brasil.

Dentro dessa política neoliberal, foram realizadas algumas reformas em seu governo. Nem todas as correntes de estudos desse período foram favoráveis a tais mudanças,

12. ISTOÉ. Real: o plano que funcionou. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/real-o-plano-que-funcionou/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

13. Trata-se de reunião em novembro de 1989 entre funcionários do governo americano, de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID) cujo objetivo era refletir sobre as reformas econômicas realizadas nos países americanos. "Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendado, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral". (BATISTA, 1994, p. 06)

tecendo-se diversas críticas a elas. Mas é fato que aconteceram, sob a ideia de modernizar as estruturas do Estado brasileiro (incluindo leis e instituições) para se adequar à nova tendência econômica internacional (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001). Dentre essas reformas, destacam-se:

- reformas administrativas: criou-se o MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, cujo ministro foi Bresser-Pereira¹⁴, para reformar cargos e ministérios no Brasil¹⁵ (PAULA, 2010);
- reforma da Previdência Social;
- reformas em termos de privatizações de empresas públicas (conforme mencionado anteriormente, no setor de telecomunicações e energia);
- continuidade de reformas econômicas (consolidação do real como moeda e controle da inflação). (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Próximo ao final de seu primeiro mandato, em 1997, aconteceu uma mudança na Constituição Federal. O Congresso alterou a Constituição de 1988 no seguinte sentido: antes, não poderia haver reeleição para o cargo de Presidente da República, Governador e Prefeito. Com essa reforma, agora poderia haver a reeleição para tais cargos (art. 14, §5º, da CF)¹⁶.

Ocorre que essa mudança foi polêmica, havendo acusações de compra de votos de parlamentares para que votassem a favor dessa alteração da Constituição. Tal fato ficou conhecido como escândalo da emenda da reeleição. Dois deputados do PFL teriam revelado que receberam R\$ 200 mil reais em troca de votarem a favor dessa emenda. Nesse cenário, as investigações não continuaram, ou seja, foram arquivadas pela autoridade competente na época, o Procurador-Geral Geraldo Brindeiro¹⁷. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Assim, uma vez aprovada a possibilidade de reeleição para um mandato consecutivo, as eleições de 1998 foram marcadas novamente pela disputa entre Lula do PT, e FHC do PSDB. Fernando Henrique utilizou da situação a seu favor sugerindo que Lula ainda não havia sido eleito e, portanto, não tinha experiência suficiente para lidar com as supostas

14. Economista que foi responsável por implementar a reforma gerencial na Administração Pública no Brasil, durante o governo FHC. Disponível em: <https://eesp.fgv.br/integrante/luiz-carlos-bresser-pereira>

15. Reforma gerencial: o foco do serviço público seria tratar os cidadãos como clientes, tendo o dever de ser eficiente, e o servidor seria avaliado agora com base em seus resultados, seu desempenho. (PAULA, 2005)

16. Disponível em: [17. Geraldo Brindeiro era o chefe do Ministério Público da União – instituição responsável por realizar investigações e solicitar início de processos – como se verá em momento oportuno desta obra. Ele recebeu o apelido de “engavetador geral da República” justamente por arquivar investigações de escândalos relacionadas de alguma forma com o governo da época. Mais informações: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/02/fernando-henrique-foi-o-primeiro-presidente-a-ser-beneficiado-com-pec-que-permitia-a-reeleicao.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm#:~:text=82%20 da%20 Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20passam%20a%20vigorar%20com%20a%20seginte%20reda%C3%A7%C3%A3o%3A.&text=%C2%A7%205%C2%BA%20O%20Presidente%20da,para%20um%20%C3%BAnico%20per%C3%ADodo%20subseq%C3%BCente. Acesso em: 21 jan. 2021.</p></div><div data-bbox=)

crises econômicas que estariam por vir. Ainda com o legado do Plano Real e sua habilidade política quanto à questão econômica, Fernando Henrique fazia sua campanha. Desse modo, FHC venceu as eleições novamente no 1º turno com a maioria absoluta dos votos: FHC com 53% dos votos válidos (quase 36 milhões de votos), contra 31% para Lula (cerca de 21 milhões de votos) (CASTRO, 2017; ATLAS DAS ELEIÇÕES, 1998).

O segundo mandato foi marcado por um período de crises internacionais pelas quais o Brasil foi atingido. Fernando Henrique teve um governo impopular nesse período, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção e a má gestão de recursos aumentaram. No entanto, foram implementadas medidas que dizem respeito às questões sociais:

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso houve a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, que propunha a universalização do Ensino Básico. Dessa maneira, reduziu o analfabetismo na população com mais de dez anos de idade, em 4 pontos percentuais, entre os anos de 1995 e 2001. E ampliou, progressivamente, a inclusão de crianças e jovens na escola, reduzindo em nove pontos percentuais a evasão escolar entre os 7 e 14 anos de idade. No que se referiu à saúde, o Brasil tornou-se referência no tratamento do HIV e Aids, e reduziu significativamente a mortalidade infantil. Em 2000, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal que previa punições aos políticos que gastassem mais do que tivessem em caixa nos governos. (RODRIGUES, 2010).

No que se refere ao enfrentamento da corrupção, destaca-se essa Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), aprovada em seu governo, que buscou disciplinar os gastos da Administração Pública, regulamentando as previsões de orçamento e de gastos¹⁸. Foi criada a Corregedoria-Geral da União, que, no governo posterior, denominou-se Controladoria-Geral da União, responsável por promover controle contra a corrupção dentro dos órgãos federais (OLIVIERI, 2010).

Apesar de alguns feitos sociais, a política neoliberal de FHC gerou insatisfação de uma parte da população visto que ocasionou a concentração de renda entre os mais ricos, enquanto os pobres tinham 2,5% da renda nacional (SANTOS, 2010). A insatisfação popular no final do governo de FHC foi decisiva para que, Lula atingisse a maioria dos votos (68%) em sua quarta tentativa para ocupar a presidência do Brasil.

18. BRASIL. *Lei complementar n. 101*, de 04 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

LUIZ INÁCIO “LULA” DA SILVA



9. Luiz Inácio Lula da Silva (foto oficial da Presidência). Fonte: Ricardo Stuckert/Agência Brasil.¹⁹

Governo 2003-2010

Luiz Inácio “Lula” da Silva nasceu em Pernambuco, mas ainda jovem se mudou para o Estado de São Paulo. Desde cedo trabalhou em diversas áreas para ajudar sua família, que era de origem humilde. Foi durante a década de 1970 que se envolveu na atividade sindical, tornando-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975. Em 1980, juntamente com outros líderes sindicais fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), e tornou-se presidente dele.

Sua vida na política iniciou-se em 1986, quando foi eleito Deputado Federal com o maior número de votos do país até então²⁰. Concorreu à presidência quatro vezes e em 2002 foi eleito em segundo turno. A disputa ocorreu entre Lula (PT) e José Serra (PSDB) com votação de 50 milhões de votos (61% do total de votos válidos, contra 38% para José Serra)²¹.

A primeira gestão de Lula foi uma continuação de algumas ideias de Fernando Henrique, mas a grande maioria de projetos foram no sentido oposto. A prioridade inicial do governo Lula também era buscar a recuperação da estabilidade monetária e fiscal e redução da inflação, uma vez que o país se encontrava com uma enorme fragilidade

19. Luiz Inácio Lula da Silva. *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva. Acesso em: 27 jan. 2021.

20. Foram 650.134 votos. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/luiz-inacio-lula-da-silva.htm>. Acesso em: 21 jan. 2021.

21. TSE. Relatório eleições 2002. p. 89. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/at_download/file

macroeconômica, além de uma enorme dívida do setor público (traduzir para uma linguagem acessível).

Um momento importante do primeiro governo de Lula foi a quitação em 2005 da dívida de 23 bilhões de dólares com o FMI, permitindo maiores possibilidades de autonomia na condução da política econômica do Brasil. No entanto, em termos econômicos, Lula também teve que realizar reformas: a minirreforma tributária²², e a reforma da previdência²³. Há quem afirme que se tratou de uma política de continuidade ao que FHC fez em temas econômicos neoliberais (BRAMI-CELENTANO; CARVALHO, 2007).

Um dos motivos da grande popularidade de Lula, fundamentou-se no trabalho de transferência de renda realizado, focando seu governo no combate à fome e a miséria. Em 2003, lançou o programa Fome Zero, que tinha como objetivo erradicar a fome e assegurar à toda população o direito à alimentação. Com esse programa conseguiu reduzir a 82% o número de pessoas que passavam fome e contribuiu para a diminuição da taxa de mortalidade infantil do país. (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2014).

Nos anos seguintes, unificou quatro programas de renda mínima: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale gás e Cartão-alimentação, formando assim o Bolsa-Família²⁴, um dos programas mais conhecidos e exaltados de seu governo. Esse programa foi a porta de saída para milhões de brasileiros da extrema pobreza e trouxe como uma das agendas principais a questão da miséria.

Outra grande diferença que vemos no governo Lula é sua concepção de Estado. Durante o mandato de Fernando Henrique, o Estado tinha um papel muito pequeno de intervenção, e priorizou-se a terceirização e a privatização de diversas empresas e serviços²⁵. No governo Lula, a principal orientação era uma maior participação do Estado, com contratação de mais funcionários públicos, mais desenvolvimento na área pública e maior poder aos ministérios.

22. A minirreforma tributária consistiu em mudar a lei e a constituição reformulando algumas questões dos tributos. Trata-se de tema específico que merece atenção mais aprofundada em momento posterior. No entanto, pode-se citar como exemplo: prorrogação da desvinculação das receitas da União (DRU) por alguns anos – até 2007 -, manutenção de alíquotas da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – hoje não existe mais), transferência de maior porcentagem do dinheiro arrecadado pela CIDE para Estados e Municípios, progressividade do ITR (Imposto Territorial Rural), fixação de alíquotas mínimas de IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) pelo Senado (Constituição de Intervenção no Domínio Econômico). BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n.º. 1, p. 44-53, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jan. 2021.

23. Na reforma da previdência, o grande destaque se deu para servidores públicos, colocou-se fim à integralidade e paridade de reajustes entre servidores ativos e inativos, instituiu-se um teto equivalente ao RGPS (aposentadoria privada). Para aprofundamentos: ARAÚJO, 2009.

24. “Sob a justificativa de superar a situação identificada, ampliar recursos para os Programas de Transferência de Renda, elevar o valor monetário do benefício e melhor atender os usuários foi, então, lançado o Bolsa Família, em outubro de 2003. Inicialmente, a unificação ficou restrita a quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação” (SILVA, 2007).

25. Tais como os setores de energia e telecomunicações, como citado no texto referente ao governo FHC.

O fim do primeiro mandato de Lula foi marcado por um escândalo de corrupção conhecido como mensalão, que consistia no desvio de dinheiro público para campanhas eleitorais e para a compra de voto de deputados. O caso ficou fortemente conhecido na mídia e foi requerida a investigação por parte de Comissões Parlamentares de Inquérito, também conhecido como CPI's. Lula negou o envolvimento com o caso e em 2007 o Supremo Tribunal Federal acatou a denúncia da Procuradoria Geral da República e abriu o processo contra cerca de quarenta envolvidos no escândalo, estes membros do PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e do próprio PT (Partido dos Trabalhadores).

O esquema do mensalão, envolvendo políticos próximos do mesmo partido do presidente foi objeto de julgamento no STF, na Ação Penal n. 470, entre 2012 e 2013²⁶. Foi um marco na história política brasileira por colocar políticos do alto escalão no banco dos réus.

Apesar do ocorrido, Lula foi para segundo mandato se reelegendo em 2006 no segundo turno contra Geraldo Alckmin (PSDB): Lula obteve 46 milhões de votos (48,6% do total de votos válidos) e Alckmin obteve cerca de 40 milhões de votos (41% dos votos válidos)²⁷. Durante seu segundo mandato, houve um grande foco no controle da inflação e na diminuição da taxa de desemprego. O governo entrou com uma política econômica expansionista e promoveu o aumento do salário-mínimo²⁸. O governo também ampliou seus investimentos em infraestrutura, com a criação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que priorizava o investimento em infraestruturas econômicas e sociais, e na construção de pontes, rodovias, ferrovias, portos e saneamento básico.

Além do PAC e da valorização do salário-mínimo, o governo aprimorou programas existentes, como o Bolsa Família, que foi estendido e passou a agregar mais famílias com reajustes e melhorias nos benefícios.

Em 2008 o cenário internacional era desfavorável e tivemos uma das maiores crises internacionais observadas anteriormente, que afetaram o Brasil. Essa crise causou uma recessão técnica²⁹ no Brasil, trazendo queda do PIB e incertezas econômicas, políticas, sociais. Porém, contrariando as expectativas, o governo Lula reagiu à crise combatendo os efeitos por meio de medidas expansionistas nas áreas fiscal e monetária, principalmente. Esse conjunto de ações do governo resultou em uma rápida recuperação da economia no país, logo voltando o crescimento do PIB e o consumo interno. Tais ações teriam contribuído para garantir o mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff.

26. BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Ação penal n. 470*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=236494>. Acesso em: 20 jan. 2021.

27. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado da eleição 2006*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>. Acesso em: 20 jan. 2021.

28. No Website do IPEA é possível encontrar os valores do salário-mínimo por mês e ano. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em 20 jan. 2021.

29. Para maiores informações: https://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2009/06/090608_entendarecessao_ac

DILMA VANA ROUSSEFF

Governo 2011-2016

Dilma Vana Rousseff, economista e com atuação na política desde meados de sua juventude, filiada ao PT foi escolhida pela maioria dos eleitores para suceder a Lula na presidência. Ganhou as eleições de 2010, assumindo em 2011 como a primeira mulher a se tornar presidente da República, levando Michel Temer como seu vice. Dilma (PT) disputou o segundo turno das eleições contra José Serra (PSDB): 55 milhões de votos para ela (56% do total) contra 43 milhões de votos para ele (44%)³⁰.

Seu mandato iniciou-se dando continuidade à grande maioria de políticas firmadas no Governo Lula, principalmente as de maior restrição e com uma preocupação em reduzir as taxas reais de juros, para evitar a depreciação da nossa moeda. Apesar de suas medidas terem sido efetivas no seu início, desacelerando a concessão de crédito do Brasil, por outro lado observamos uma rápida depreciação quanto ao cenário econômico internacional. O PIB brasileiro decaiu, principalmente por conta da retração de investimentos e da queda do consumo interno. Com o aumento do preço das *commodities* e uma quebra na safra de cana-de-açúcar, o preço do combustível no país aumentou de forma a insatisfazer a grande maioria da população. Junto a isso, houve uma elevação da inflação e depreciação da taxa de câmbio.

No quesito desenvolvimento institucional, os primeiros anos do governo Dilma foram marcados por algumas reformas importantes principalmente no âmbito de atuação do Estado e funcionamento da economia. O governo aumentou o valor da transferência de renda para melhorar o combate à pobreza e iniciou campanhas de incentivo à formação técnica e qualificação de mão-de-obra, aumentando a renda para bolsas de estudo e auxílio financeiros, esquematizados também no PROUNI³¹.

Apesar da tentativa de continuidade do governo Lula, o Brasil começou a se emergir em uma crise generalizada que pegou os mais diversos setores do país, e fez com que o desenvolvimento ocorresse muito inferior aos outros anos de governo do PT e trouxesse taxas menores de crescimento do PIB - foi o país que menos cresceu na América Latina durante esse período. Houve um aumento da inflação (preços das mercadorias, serviços e alimentos), elevação de impostos, freada nos investimentos.

Dilma obteve um alto índice de aprovação durante os primeiros anos de seu mandato. Porém, em 2013, observamos por todo o país movimentos de insatisfação da população relacionados aos Poderes Executivos e Legislativo por conta de questões como condição da saúde, educação e segurança, resultando na queda de popularidade da presidente. Por

30. BBC. Dilma Rousseff é eleita primeira presidente do Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101031_dilma_presidente_cq. Acesso em: 12 jan. 2021.

31. PROUNI foi uma medida criada em 2004 durante o governo Lula para auxiliar e permitir que jovens de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em 20 jan. 2021.

conta das manifestações, Dilma convocou uma reunião emergencial e divulgou a criação cinco pactos nacionais e uma proposta de plebiscito para uma reforma política.

Dentre as melhorias prometidas pela presidente, ela ressaltou uma melhoria nos serviços públicos e criação de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana³². Sobre os pactos prometidos, focou-se em melhorias e mudanças no transporte público, em uma reforma política e combate à corrupção, e formação de uma Assembleia Constituinte por meio de um plebiscito que ocupar-se-ia especificamente das melhorias na saúde, na educação e a responsabilidade fiscal.

Após as manifestações de 2013³³, a insatisfação com o governo só aumentou, fazendo com que a taxa de aprovação caísse rapidamente. Vale dizer que no início do mandato de Dilma houve muitos ministros que caíram, ou seja, tiveram que sair do governo por responderem a denúncias de corrupção³⁴.

Ao mesmo tempo em que isso ocorreu, também vale dizer que muitas leis de enfrentamento à corrupção também foram aprovadas em seu governo (Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/2011; Lei que reformou o combate à Lavagem de dinheiro – Lei n. 12.683/2012; Lei Anticorrupção – Lei n. 12.846/2013; Lei de Conflito de interesses – Lei n. 12.813/2013 dentre outras).

Nas eleições de 2014, Dilma conseguiu se reerguer, apesar da eleição turbulenta, e alcançou novamente o cargo de Presidente da república iniciando seu mandato em janeiro de 2015. Nesta eleição também houve segundo turno, e nele Dilma (PT) obteve 54 milhões de votos (51.64% do total de votos válidos), contra 51 milhões de votos (48,36%) de Aécio Neves (PSDB)³⁵.

Seu mandato começou em um período de recessão do Brasil: queda do PIB, aumento dos impostos, diminuição do consumo, estagnação nos programas sociais, falta de investimento e queda de qualidade dos sistemas de educação e saúde, dentre outros. Todos estes fatores fizeram com que a insatisfação do povo aumentasse, e junto a isso um movimento para promover o *impeachment* da presidente. Com denúncia de pedalada

32. Foi uma proposta apresentada pela Presidente Dilma para melhorar o transporte urbano. Vale lembrar que em 2013 houve os protestos por conta de aumentos de tarifas de ônibus, que, após isso, juntou outros temas como combate à corrupção, não à PEC 37 que retirava poderes de investigação do Ministério Público, dentre outras. UOL. COELHO, Mario. *Dilma anuncia plano de mobilidade urbana*. 2013. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/dilma-anuncia-plano-de-mobilidade-urbana/>. Acesso em: 20 jan. 2021

33. O ano de 2013 foi marcado por protestos em diversos locais no mundo. No Brasil, os protestos de 2013 caracterizaram-se como as "manifestação de junho de 2013". Foram desencadeadas, como mencionado anteriormente, por aumento do valor de passagem de ônibus – conduzidos pelo Movimento Passe Livre (MPL), e, depois outros temas que geraram insatisfação se incorporaram nessas reivindicações. SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*. v. 27, nº. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

34. BBC. *Dilma trocou de ministros 86 vezes desde que assumiu*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_dilma_ministros_jf_ik. Acesso em: 20 jan. 2021.

35. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-re-sultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: 20 jan. 2021.

fiscal, que consistia na assinatura da presidente para a liberação de bilhões de reais sem o consentimento do congresso, o presidente da Câmara dos Deputados da época, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de *impeachment* contra Dilma.

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados decidiu com 367 votos favoráveis, 137 contrários, e 7 abstenções e 2 ausências, pela instauração do processo de *impeachment* contra a Presidente. Após a tentativa de anulação do processo, o Senado rejeitou a ideia e prosseguiu com o mesmo, autorizando no dia 12 de maio, com 55 votos favoráveis contra 22 contrários, a abertura do processo e afastamento da Presidente por um período de 180 dias. Em 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos contra 20, finalizou o processo e decidiu pelo afastamento definitivo do mandato de Dilma Rousseff³⁶.



10. Presidente Dilma Rousseff, em 29/08/2016, depondo ao Senado Federal no processo de Impeachment. Fonte: Edilson Rodrigues/Agência Senado.³⁷

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA (MICHEL TEMER)

Governo 2016-2018

Michel Temer, nascido no interior de São Paulo (Tietê) e formado em Direito pela PUC-SP, entrou para a política após ter atuado nas áreas de Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, e de segurança pública. Foi deputado federal por seis mandatos, chegando ao cargo de presidente da Câmara por três vezes. Foi vice-presidente de Dilma nas duas eleições que venceram. No entanto, com o processo de *impeachment* citado no tópico anterior, ele ocupou o cargo da Dilma e foi empossado logo após a efetivação do processo,

36. BRASIL. SENADO FEDERAL. *Impeachment de Dilma marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2021.

37. BRASIL. SENADO FEDERAL. *Flickr*, 2016. Plenário do Senado. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/49143546@N06/29239518731>. Acesso em: 27 jan. 2021.

tornando-se Presidente da República no dia 31 de agosto de 2016³⁸. Ao assumir, tomou como diretrizes três pontos principais para seu governo, que seriam o foco no combate ao endividamento público, na superação da recessão e um incentivo e apoio para retornar o crescimento do país e geração de empregos.

Temer se tornou presidente em um cenário onde o Brasil se encontrava em uma intensa crise econômica herdada pelo governo anterior. Portanto, pretendia caracterizar seu governo como reformista. Tinha por objetivo também controlar os gastos públicos, propor uma reforma trabalhista, liberar a terceirização para diversos cargos, uma reforma da previdência, dentre outras. Dessas medidas, ele efetivou as alterações da legislação trabalhista (possibilitando teletrabalho, modificando questões de horas extras, banco de horas, dentre outras)³⁹; e, em seu governo, o Congresso promulgou Emenda à Constituição instaurando um regime de “teto de gastos” (disciplinando o máximo de dinheiro que o governo poderia gastar nos próximos anos)⁴⁰. No que se refere à reforma da previdência, ele não conseguiu e não pode discutir esse tema pois ele decretou intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro. Quando ocorre a intervenção federal em um estado⁴¹, a Constituição não pode ser alterada (Art. 60, §1º, CF88).

Em seu mandato, também tivemos casos e denúncias de corrupção e até pedidos de *impeachment*. Apesar de escândalos no governo persistirem, o mandato se manteve com uma base forte no Congresso, o que fez com que diversas reformas e medidas, como as mencionadas, fossem aprovadas. Críticas foram feitas, principalmente no sentido de retrocessos no âmbito social e ambiental. Temer não se candidatou para as eleições de 2018. O candidato de seu partido, MDB, foi o economista Henrique Meirelles, mas não obteve êxito nas urnas.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Governo 2019-2022

Bolsonaro é capitão reformado do exército e iniciou a carreira política após polêmicas no exército. Foi vereador pela cidade do Rio de Janeiro e em seguida, elegeu-se deputado federal também pelo estado do Rio de Janeiro em 1990, reelegendo-se sucessivamente como tal até disputar as eleições para Presidente da República em 2018.

Como deputado, apresentava posicionamentos e discursos polêmicos em temas como redução de maioria, punição a tráfico de drogas, tortura, pena de morte, direitos

38. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV/CPDOC. *Michel Temer*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

39. BRASIL. *Lei n. 13.467*, de 13 de julho de 2017. Altera CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13467.htm

40. BRASIL. *EC n. 95*, de 15 de dezembro de 2016. Altera ADCT e institui Novo Regime Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

41. O art. 34 da CF enumera situações em que esse procedimento pode acontecer.

humanos, dentre outros.

Na campanha de 2018, adotou uma narrativa de combate à corrupção, sendo enfático em acusações contra o governo PT. Também questionou a credibilidade das urnas eletrônicas, e foi acusado de disseminar *fake news* e campanhas de desinformação. Vale mencionar o atentado que sofreu, motivo pelo qual alegou impossibilidade de comparecer aos debates políticos.⁴²

Assim, venceu as eleições em segundo turno: Bolsonaro (PSL) com 57 milhões de votos (55% do total de votos válidos), contra 47 milhões de votos (44%) de Fernando Haddad (PT)⁴³.

Em seu governo, foi realizada a reforma da previdência⁴⁴ e há a promessa de digitalizar serviço, enxugar máquina pública, privatizar empresas estatais, adotando um viés neoliberal de Estado mínimo. Além disso, as polêmicas continuam: ataques à imprensa⁴⁵, acusações de interferência na Polícia Federal⁴⁶, declarações e posturas questionáveis diante da pandemia de Covid-19, dentre outras (SILVA; GONÇALVES, 2020). Seu desafio atual é a recuperação econômica e a saúde pública



11. Solenidade de posse do Presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro. Fonte: Marcos Brandão/ Agência Senado.⁴⁷

42. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV/CPDOC. *Jair Messias Bolsonaro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 20 jan. 2021.

43. EBC – AGÊNCIA BRASIL. *Com 100% das urnas apuradas, Bolsonaro obteve 57,7 milhões de votos*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>. Acesso em: 20 jan. 2021.

44. BRASIL. EC n. 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.


45. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA- ABI. *Governo Bolsonaro realiza 449 ataques à imprensa*. 2020. Disponível em: <http://www.abi.org.br/bolsonaro-e-aliados-realizaram-449-ataques-a-imprensa>. Acesso em: 20 jan. 2021.

46. EBC – AGÊNCIA BRASIL. *Moraes mantém inquérito sobre suposta interferência na PF*. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-12/moraes-mantem-inquerito-sobre-suposta-interferencia-na-pf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

47. SENADO FEDERAL. Flickr, 2019. Solenidades. Homenagens. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/49143546@N06/45838135644>. Acesso em: 27 jan. 2021.

POLÍTICA PARA JOVENS



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br







INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO


Atena
Editora
Ano 2021

POLÍTICA PARA JOVENS



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br



INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO


Atena
Editora
Ano 2021